

# **A EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (EDH)**

**José Cláudio Rocha**

Doutor

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

**Denise Abigail Britto Freitas Rocha**

Secretaria de Educação do Município (SMEC)

Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UFBA

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho intitulado **A Educação Jurídica Popular como Instrumento de Construção da Educação em Direitos Humanos (EDH)** foi produzido a partir dos estudos e pesquisas realizados dentro do *Programa de Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã*, desenvolvido pelo Grupo de pesquisa e extensão Olhos D'água: direitos humanos, ética, capital social, desenvolvimento e cidadania, do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia (DCHT), Campus XIX, Camaçari, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O grupo de pesquisa foi criado com o objetivo de realizar estudos e pesquisas no campo dos Direitos Humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; da ética e da moralidade Pública; do capital social e do desenvolvimento sustentável com enfoque da cidadania e da Democracia. Tem por objetivo também investigar novas formas de resignificar o direito, buscando construir práticas emancipatórias, que contemplem a formação cidadã dos profissionais, estudantes e de toda a sociedade, orientadas pela perspectiva dos direitos humanos, da emancipação social, da promoção do direito como relevante instrumento de mudança e promoção da justiça social e do estímulo a uma nova cultura jurídica.

Nessa perspectiva, o Grupo de Pesquisa busca desenvolver atividades que busquem uma prática coletiva, não-hierarquizada, dialógica, inter, multi e transdisciplinar, contínua e transformadora, de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão adequada a um projeto pedagógico universitário de caráter não-dogmático e não-tecnista, mas ético-humanista, pautado pela aproximação das linguagens entre agentes e usuários, prezando pela complementariedade, autonomia, auto-gestão e pluralismo jurídico em relação a comunidade.

Em suas atividades, o grupo tem como área prioritária de atuação o Estado da Bahia, principalmente, a Região Metropolitana de Salvador que ocupa uma área de 2.339,6 km<sup>2</sup> e, de acordo com o IBGE,

conta com cerca de 3.290.957 habitantes que representava uma densidade demográfica de 1.406,63 hab/km<sup>2</sup> em 2006.

Do ponto de vista teórico metodológico, em suas ações o grupo parte de uma metodologia baseada na Abordagem Baseada em Direitos ou *rights-based approaches (RBA)* e na Pesquisa-Ação Integral e Sistêmica (PAIS) como definida pelo professor da Universidade de Quebec André Morin, como veremos a seguir.

No ano de 2008 o Grupo de Pesquisa recebeu o I Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos – categoria formação e pesquisa – concedido pela Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SED), pelo Ministério da Educação (MEC) e Fundação SM. Recebeu ainda homenagens da Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia pelo trabalho de formação realizado no ano de 2008 na Bahia.

## **2. A EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR EM DIREITOS HUMANOS COMO ATIVIDADE EXTENSIONISTA NOS CURSOS DE DIREITO**

As atividades de pesquisa e extensão que são objeto de nossa análise vêm sendo realizadas pela linha de Educação em Direitos Humanos, do Grupo de Pesquisa e Extensão Direitos Humanos, Ética, Capital Social, Desenvolvimento e Cidadania da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIX, Camaçari. O grupo de pesquisa foi criado com o objetivo central de monitorar as políticas públicas de direitos humanos na Bahia e no Brasil, a exemplo dos Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNEDH), realizando pesquisa e estudos que tenham como objetivo gerar inovações legislativas e bens públicos que possam ser apropriados pela sociedade e pelo poder público em uma perspectiva cidadã. Na produção e socialização do conhecimento o grupo de pesquisa segue alguns princípios orientadores como:

- a. A efetivação do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- b. A construção coletiva do conhecimento em interação com a realidade social;
- c. O uso responsável do saber voltado para um desenvolvimento social e sustentável;
- d. A não hierarquização do conhecimento e o respeito ao saber popular;
- e. A produção da educação como bem público;
- f. A busca de um desenvolvimento socialmente integrador e sustentável;

- g. O respeito, promoção e proteção aos direitos humanos;
- h. O respeito à diversidade e à diferença;
- i. O exercício democrático e solidário da cidadania;
- j. a democracia participativa com justiça social;

Além disso, o grupo parte do princípio de que os Direitos Humanos são universais, indivisíveis e interdependentes e cabe ao Estado e a sociedade promover ações para a sua efetivação através da criação de um sistema nacional de proteção aos direitos humanos.

O trabalho de pesquisa da linha de educação e direitos humanos vem sendo desenvolvido a partir de um curso de 30h de extensão universitária, realizado com lideranças educacionais e comunitárias da Região Metropolitana da Bahia.

Essas lideranças foram escolhidas como multiplicadores e trabalham em municípios como Camaçari, Salvador, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

A opção pela pesquisa na Região Metropolitana foi realizada, em primeiro lugar, por ser a área de atuação do grupo de pesquisa e sede do DCHT, Campus XIX, Camaçari e, em segundo, por ser uma região marcada pela violência e pela violação aos direitos humanos e direitos fundamentais.

O trabalho de extensão tem como propósito fomentar a inclusão do enfoque dos direitos humanos no âmbito educacional, especificamente, através da formação de docentes capazes de promover essa proposta, não só em seus trabalhos em sala de aula, mas, também, nos planos, projetos e documentos de suas instituições de ensino.

Essa proposta tem como propósito melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e fortalecer uma cultura de respeito aos direitos humanos e combate a violência nas escolas. Pretende-se com isso contribuir com a formação de sujeitos de direito priorizando pessoas e grupos excluídos, marginalizados e discriminados pela sociedade.

É preciso fazer reconhecer a urgência, no contexto nacional e internacional, de promover uma educação para os jovens estudantes baseada na ética, nos direitos humanos, no respeito à diversidade e a diferença, no exercício democrático e solidário da cidadania, no uso responsável do saber para a promoção de um desenvolvimento socialmente integrador e sustentável.

Neste sentido, busca-se levantar uma proposta de formação para os docentes das escolas de ensino médio e fundamental voltada para a promoção de uma educação centrada na responsabilidade social

para um desenvolvimento local, regional e nacional mais equitativo. O trabalho de extensão proposto tem como ponto de partida o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) que veremos a seguir:

### **3. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**

A Educação em Direitos Humanos é um direito e um dever de todos e de todas previsto na Constituição Federal de 1988 e em uma série de diplomas jurídicos internacionais dos qual o Brasil é signatário. Para ser concretizada em políticas públicas, programas e ações para todos e todas precisa ser encarada e assumida tanto pelo Estado como pela sociedade que devem participar de todas as fases de sua elaboração, ou seja, desde o seu planejamento até a sua avaliação.

Enquanto política pública a Educação em Direitos Humanos atravessa valores, relações e práticas sociais e institucionais e se apresenta como uma proposta que não dissocia conhecimento, atitudes, sentimentos e práticas. Para que a Educação em direitos humanos possa ser efetivada faz-se necessário que sejam considerados os níveis e processos diferenciados e articulados, bem como a transversalidade, multidisciplinaridade e Interdisciplinaridade que a situação requer.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fruto do trabalho do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituído pela Portaria 66 de 12 de maio de 2003, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. O comitê é formado por especialistas e militantes de direitos humanos de todo o Brasil, além de órgãos governamentais vinculados a questão. O PNEDH foi apresentado à sociedade em 10 de dezembro de 2006 pela SEDH durante o Congresso Ibero-Americano de Educação e Direitos Humanos realizado em Brasília em 2006.

O PNEDH se propõe a contribuir com a construção de uma cultura voltada para o respeito aos direitos humanos e fundamentais da pessoa humana, envolvendo diferentes segmentos e atores sociais; instituições; órgãos públicos e privados e diferentes esferas de Governo. A concepção de educação em direitos humanos presente no plano fundamenta-se numa visão crítica da educação, pautada em pedagogias participativas e dialógicas e articulada com diferentes dimensões (jurídica, filosófica, histórica-política, coletivo e institucional) do problema.

Considerando a pluralidade de públicos o trabalho da educação em direitos humanos utiliza linguagens, recursos metodológicos e materiais de apoio diferenciados, seja na educação formal seja

na educação não-formal. Enquanto prática promotora de uma cultura de respeito aos direitos humanos a educação em direitos humanos trabalha com temas como: valores éticos, subjetividade, história conceitual e institucional dos direitos humanos, pluralidade cultural e política, cidadania, democracia e cultura política, respeito à diversidade, construção de diálogo inter-étnico e inter-religioso, mecanismos jurídicos e internacionais e nacionais de proteção dos direitos humanos e mediação pacífica dos conflitos, entre outros.

Com o plano, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC), com o apoio de outros órgãos do Governo, passam a formular e implementar planos e programas integrados, garantidas as suas especificidades de atuação. O Ministério da Educação (MEC) tem o compromisso maior de promover a educação de qualidade para todos, com vistas à melhoria da qualidade social de vida. Nesse sentido, tem pautado suas políticas em processos democráticos de relação com todos os setores e sistemas de ensino, ouvindo e planejando suas ações a partir das necessidades que estes apresentam.

A atuação do MEC tem sido voltada para os ideais democráticos e republicanos, promoção da igualdade de oportunidades e usufruto dos bens sociais por todos. Assim, a ampliação da educação infantil, a universalização e a melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio, a ampliação e o aperfeiçoamento do ensino superior, a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, a profissionalização de jovens e adultos, a erradicação do analfabetismo e a valorização e melhoria da qualidade da formação inicial e continuada dos professores e demais educadores têm sido os eixos estruturantes das políticas dessa gestão, que possibilitam o conhecimento e a consolidação dos direitos humanos.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) tem como princípios o combate à discriminação e a promoção da igualdade entre as pessoas e a afirmação de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes. A construção do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos, fortalecimento dos canais de participação popular, combate ao trabalho escravo, proteção aos direitos das crianças, adolescentes, homossexuais, afrodescendentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, bem como o aperfeiçoamento dos meios para a apresentação das denúncias de violação aos direitos humanos, são os eixos principais de atuação.

Nesse âmbito, a SEDH atua divulgando os instrumentos internacionais de direitos humanos e adotando as providências para a sua incorporação e garantia no plano interno do ordenamento jurídico e social brasileiro. As ações e projetos da SEDH objetivam a proteção, a garantia e a promoção dos direitos humanos, em especial dos grupos mais vulneráveis e em situação de risco.

Dessa forma, o PNEDH é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo em que aprofunda questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNEDH incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela construção de uma cultura de paz, da democracia, do desenvolvimento e da justiça social.

Assim como todas as ações na área de direitos humanos, o PNEDH é resultado de uma articulação institucional envolvendo os três poderes da República, especialmente o Poder Executivo (governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal), organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade civil organizada. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Justiça e Secretarias Especiais, além de executar programas e projetos de Educação em Direitos Humanos, são responsáveis pela coordenação e avaliação das ações desenvolvidas por órgãos e entidades, públicas e privadas.

O processo de elaboração do PNEDH teve início em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, formado por especialistas, representantes da sociedade civil, de instituições públicas e privadas e de organismos internacionais. Fruto de um trabalho concentrado da SEDH, do MEC e do Comitê, a primeira versão do PNEDH foi apresentada pelo Governo Federal em dezembro daquele ano, como forma de orientar a construção de políticas, ações e programas comprometidos com uma cultura de respeito aos direitos humanos.

Ao longo de 2004, o PNEDH foi divulgado e debatido em encontros, seminários e fóruns em âmbito internacional, nacional, regional e estadual. Em 2005, foram realizados encontros estaduais com o objetivo de difundir o PNEDH, que resultaram em contribuições da sociedade para aperfeiçoar e ampliar o documento. Mais de 5.000 pessoas, de 26 unidades federadas, participaram desse processo que, além de incorporar propostas para a nova versão do PNEDH, resultou na criação de 14 Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos e na multiplicação de iniciativas na área.

Como resultado dessa participação lançou-se a atual versão do PNEDH que se destaca como proposta de um projeto de sociedade baseada nos princípios da democracia e da justiça social; de construção de uma cultura de direitos humanos, entendida como processo a ser apreendido e vivenciado numa perspectiva de cidadania ativa.

#### **4. O Cenário da Pesquisa: Região Metropolitana de Salvador (RMS)**

A pesquisa está sendo desenvolvida na Região Metropolitana (RMS). A RMS é mundialmente conhecida pelo seu grande crescimento econômico proporcionado pela instalação de diversas indústrias no pólo petroquímico de Camaçari e no Centro Industrial de Aratu. Mas, essa Região também é conhecida pelos grandes índices de desemprego, violência e desigualdade social.

Na RMS, em outras palavras, a riqueza cresce em escala global, mas o fosso que separa os ricos dos pobres só aumenta. Nesse sentido, os indicadores sociais explicitam claramente que o crescimento econômico experimentado pela Região não tem gerado benefícios para a população. Há, portanto, uma crise distributiva com elevada concentração de renda com o que chamamos de efeito cumulativo (efeito aspirador).

Com isso, o desemprego na RMS tem apresentado taxas alarmantes. As pesquisas de emprego realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam ano após ano que a RMS tem o pior desempenho entre as regiões metropolitanas pesquisadas, com taxas de desemprego bastante superiores à média brasileira (perto de 30% da população economicamente ativa) (IBGE, 2008).

Este comportamento dos indicadores faz com que a cidade de Salvador ostente, muitas vezes, o triste título de capital nacional do desemprego. Por conta disso, os rendimentos auferidos pela maioria dos cidadãos encontram-se em patamares extremamente deprimidos. Na RMS, o rendimento médio real efetivamente recebido pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupados no trabalho principal, foi, em maio de 2005, de irrisórios R\$707,13 (equivalente a 290 dólares naquele mês), segundo o IBGE, consideravelmente inferior à média nacional, de R\$951,21, e aos rendimentos percebidos em São Paulo, o centro mais desenvolvido, de R\$1.103,35 (IBGE, 2008);

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 2003, 60,8 % da população com mais de 10 anos, ganhavam até um salário mínimo, o que correspondia à época a 240 reais ou 80 dólares. Este contingente populacional, ou seja, 60% dos baianos com rendimentos, detinham apenas 22,6% de toda a renda. Na outra ponta, entre aqueles que recebem mais de 20 salários mínimos, estavam 0,7% da população, que detinham 13,0% da renda total. Este é o reflexo nos números da enorme concentração de renda que se observa cotidianamente em nosso Estado. Uma análise destes mesmos indicadores referentes ao ano de 2003 mostra que os 5,1% mais “ricos” (acima de 400 dólares), apropriavam mais de 35% da renda domiciliar total gerada no Estado, enquanto os 82% mais pobres (que ganhavam até 160 dólares) detiveram apenas 41% dessa renda. Somente três

estados da federação tiveram resultados inferiores a estes. De um modo geral, pode-se dizer que é uma população pobre em sua esmagadora maioria (SEI, 2008).

O desemprego e os baixos níveis de renda, somados à elevada informalidade do mercado de trabalho têm gerado tensões sociais e o aumento da violência, principalmente, a urbana que se alastra especialmente nas capitais e periferias desses grandes centros. A taxa de homicídio de jovens entre 15 e 29 anos praticamente duplicou: saltou de 13 por 100 mil habitantes, em 1990, para 25 em 2002 (SEI, 2008).

No campo educacional, apesar de ter ocorrido melhoria dos indicadores - redução do analfabetismo, aumento dos anos de escolaridade - comparativamente às outras regiões brasileiras, a situação da Bahia é grave e preocupante. A taxa de analfabetismo - 21,5% da população com mais de 10 anos de idade em 2002 - é quase 4 vezes maior que as menores taxas verificadas no País. Portanto, as desigualdades vão se aprofundando. Entre aqueles que têm maior escolaridade, com 12 anos a mais de estudo, estão somente 3,3% das pessoas com dez anos ou mais. São os universitários ou que já concluíram um curso de graduação (VASCONCELOS, 2007).

A desigualdade social afeta de forma diferenciada as regiões do País. Em alguns Estados de regiões mais atrasadas, caso da Região Nordeste, as diferenças se aprofundam em razão da ausência de políticas públicas do Governo Federal e, principalmente, do Estadual. E elas também estão muito presentes nas relações de raça e gênero. Na Bahia temos o maior contingente de população negra; em Salvador e na Região Metropolitana de Salvador seguramente de 70% a 80% da população é negra (2007).

Os dados revelam que o desemprego e a exclusão, nas mais diversas formas, atingem fundamentalmente essa população no Estado. À luz dos paradigmas predominantes na atualidade que tomam como ponto de partida sociedades com razoável para ótimo nível educacional e com domínio de tecnologias de informação, estes números acima descritos derrubam quaisquer perspectivas de desenvolvimento social equilibrado ou sustentável. Mesmo de um ponto de vista restrito, de mercado, os baixos níveis de renda da população não possibilitam o surgimento de uma indústria de bens de consumo que contribua para a incorporação de grandes contingentes a um posto de trabalho. Não raras vezes o desenvolvimento do setor serviços, com base na indústria do turismo, tem sido apresentado com alternativa, mas o impacto deste segmento ainda é bastante diminuto.

São por dados como esses que, enquanto um pequeno setor da população mundial possui muito mais dinheiro do que efetivamente pode gastar em várias gerações, ainda que vivendo uma vida luxuosa, boa parte da humanidade vive em condições de pobreza absoluta. Assim, enquanto muitos festejam o



“êxito” do capitalismo, em relação a outros modelos sociais, tem-se um dos índices mais altos de mortalidade infantil, AIDS, acidentes automobilísticos, consumo de pesticidas, homicídios, prisões, detritos tóxicos do mundo industrializado, trabalho infantil, trabalho escravo. Esse modelo de globalização que se baseia no darwinismo social e no desmantelamento do Estado de bem estar social vem demonstrando sinais de crise: crise de mercado com o empobrecimento da população mundial e queda na demanda: crise ética, política e governabilidade (não oferece opção aos setores excluídos de integração). Para combater todos esses problemas a educação é o processo mais eficaz e sustentável de formação de uma consciência cidadã.

## **5. O percursos metodológico da pesquisa**

Na discussão do projeto o grupo sabia claramente *o que queria fazer, por que e para que* realizar a pesquisa. Porém, nossas maiores dificuldades residiam no *como fazer* ou na metodologia. Isto porque nossas preocupações metodologias não poderiam ser reduzidas somente à busca de “ferramentas” de trabalho que fossem mais eficientes eficazes. Nossos desafios metodológicos não poderiam ser enfrentados somente com as técnicas. O desafio maior era implementar uma metodologia de pesquisa que tivesse um encadeamento lógico, uma apropriação crítica da realidade e contribuísse para a emancipação das pessoas envolvidas. Consideramos que o processo de pesquisa é sempre um processo de construção e reconstrução de conhecimentos; é a colocação em prática de uma tese, por meio de um conjunto organizado de atividades de pesquisa. A metodologia deveria ser a visão global que orienta todo o processo, que dá unidade e coerência a todos os elementos que intervêm nele. Nesse sentido, ao “delimitarmos” o objeto de estudo, estávamos, na verdade, “construindo” ou “reconstruindo” uma determinada área do conhecimento e não restringindo como querem alguns positivistas.

No processo de construção do objeto de pesquisa, foi preciso levar em consideração algumas questões primordiais. Em primeiro lugar, todas as atividades humanas se realizam em um lugar concreto: em um município, uma comunidade, um bairro, uma fábrica. Esta é sua realidade local. Nela, as pessoas vivem situações, problemas e necessidades, têm iniciativas, escutam opiniões, conversam e discutem sobre o que lhes sucede, avaliam as coisas que fizeram, comentam acontecimentos que ocorreram no país e no mundo, propõe projetos e metas para alcançar o futuro. Nela, as pessoas participam de atividades recreativas, culturais e religiosas. Participam, ainda, de atividades de alguma organização. Escutam rádio, vêem televisão ou lêem jornal. Sua vida cotidiana, assim, se desenvolve em meio a muitas e variadas atividades econômicas, políticas, sociais e culturais. Participando, as pessoas se relacionam com as demais e com o que sucede no país. São essas atividades que preenchem grande parte de seus interesses e preocupações.

Por outro lado, todas as atividades concretas e locais dão-se em um momento histórico particular, tanto no nível do país como a nível mundial. A realidade local está sempre situada em um contexto econômico, político, ideológico, histórico e social mais amplo. Cada país vive situações particulares: pacotes econômicos, situações de crise ou estabilidade política, tensões internas, mobilizações populares, atos de solidariedade, greves, manifestações, etc. Esta realidade nacional manifesta-se em diferentes momentos ou conjunturas particulares, mas não se reduz só a elas. A conjuntura sempre será uma manifestação da estrutura da sociedade e de suas contradições que são produto do desenvolvimento histórico e social. Portanto, a construção do objeto de estudo deve levar em consideração a forma como se articulam a realidade local, a conjuntura nacional e o momento histórico, político e social em que vivemos.

Não podemos entender, nem resolver os problemas e contradições de um aspecto, sem levar em conta o conjunto. Ao mesmo tempo, não podemos entender nem resolver os problemas e contradições mais gerais, se não levamos em conta os aspectos particulares. Nesse sentido, a concepção metodológica que melhor permite articular o particular com o geral, o concreto com o abstrato, respondendo ao dinamismo e às contradições da realidade, orientando-nos para sua transformação, é uma concepção metodológica que se fundamente na teoria dialética do conhecimento, a qual afirma que o processo do conhecimento tem como ponto de partida a prática social, que esta é a base da teoria e que a teoria deve servir para transformar a prática.

Diante disso, em um mundo extremamente dinâmico e em perpétua transformação, metodologias de pesquisa e extensão inovadoras se tornam necessárias para dar conta da diversidade e peculiaridade dos novos problemas que se apresentam ao pesquisador dia após dia. Em vista disso, a pesquisa tomou como fundamento as diretrizes da pesquisa ação integral e sistêmica (PAIS), proposta pelo professor André Morin da Universidade de Quebec Canadá e a metodologia de educação popular proposta por Paulo Freire, buscando novos caminhos para a pesquisa no campo das ciências sociais aplicadas e investigação na área educacional, assim como para todas as áreas das humanidades.

A partir da elaboração da antropopedagogia e de submétodos da pesquisa ação propostos pela PAIS, tais como ciclo-redações, observação participante, diagnósticos participativos, atividades lúdicas, a pesquisa se propõe a uma abordagem interativa, onde os atores envolvidos se tornam co-autores da pesquisa e dos processos de construção do conhecimento nela envolvidos. A perspectiva antropopedagógica a que se refere a pesquisa consiste na aplicação e adaptação de métodos de observação participante da antropologia e de princípios da pedagogia aberta, que é baseada na autonomia dos educandos, atualizando as propostas educacionais de tipo emancipatório.

A PAIS oferece um quadro de reflexão sobre a metodologia de pesquisa ação e vários instrumentos de observação, registro, interpretação e redação coletiva, para organizar os projetos principalmente para a área social, com possibilidades de adaptação em amplo leque de práticas sociais. Do ponto de vista procedimental, nossa pesquisa segue as diretrizes da PAIS que consiste em: OLHAR/LOOK (coletar informações relevantes e mapear situações); PENSAR/THINK (explorar e analisar o que acontece); AGIR/ACT (elaborar, implementar e avaliar categorias de pesquisa objetivando aprender o significado das diversas ações coletivas, a posição dos atores envolvidos, os meios e recursos utilizados e os efeitos dessa ação em relação às instâncias de poder).

Em outras palavras, trata-se de uma metodologia qualitativa que prioriza o contato com ações coletivas, realizando-se, ela própria, através da atuação coletivizada, no sentido de priorizar ações, discussões e decisões de equipe e de se utilizar do controle metodológico da intersubjetividade e da interdisciplinaridade.

## **6. Alguns dos resultados obtidos**

Falar em resultados em educação popular é uma questão complexa porque trabalhamos a partir da subjetividade das pessoas. Não da para medir em números, mas sim em qualidade social e, dentro dela, qualidade educacional. Contudo, alguns dos resultados encontrados podem ser descritos tomando por base o curto, médio e longo prazo:

### **6.1 Capacitação de 300 lideranças educacionais**

O projeto nasce com a participação de coordenadores do Programa em seminário em Brasília realizado pela SEDH para lançamento do PNEDH. Na base do projeto de pesquisa está a capacitação de 300 lideranças em EDH através de cursos de EDH de 30h sobre a temática. Essa primeira experiência inicial para

## **6.2. Construção de metodologias participativas de Direitos Humanos**

Consideramos que a capacitação já é um resultado em si mesmo e que só estudos mais profundos poderão medir o impacto desse processo na vida dessas pessoas no que diz respeito a construção da cidadania. Todavia, espera-se ir além da capacitação no processo de acompanhamento dessas pessoas e que elas possam auxiliar na construção de novas metodologias para o ensino de direitos humanos, principalmente, para os jovens estudantes do ensino médio. Em outras palavras espera-se que os cursistas depois da primeira fase da pesquisa possam compreender os elementos teóricos e metodológicos necessários a essa abordagem tendo em vista a criação de uma cultura de defesa, promoção e respeito aos direitos humanos;

## **6.3. Realização de cursos, oficinas, debates e seminários de capacitação nas temáticas abordadas como multiplicadores entre lideranças educacionais e comunitárias**

Espera-se que durante a pesquisa seja possível a realização de outras atividades de formação propostas pelo grupo de participantes tendo como foco a temática trabalhada;

## **6.4. Criação de um banco de dados com informações sobre os educadores e defensores de direitos humanos:**

Espera-se que ao final da atividade seja criado um banco de dados sobre o perfil dos educadores e defensores de direitos humanos que deverá orientar a proposição de políticas públicas sociais na Região;

## **6.5. Mapeamento, formação e integração uma rede de educadores comprometidos com esse enfoque educativo no estado da Bahia e no Brasil:**

Um dos principais objetivos desse processo é a identificação, monitoramento e animação de uma rede de educação em direitos humanos tendo em vista a promoção e defesa dos direitos humanos. Essa rede será composta por todos aqueles que tenham a afinidade com a temática e deverá ser uma importante ferramenta para o fortalecimento da participação da sociedade civil nas políticas públicas sociais e em

espaços públicos como conselhos de direito. Espera-se também que uma vez formada a rede, seja possível a proposição de um plano de educação em direitos humanos municipal.

#### **6.6. Sensibilização dos atores políticos locais (Estado e municípios) para incluir em seus planos, projetos e programas as diretrizes e orientações do PNEDH:**

Não só os participantes diretos das atividades de pesquisa serão os beneficiados. Outros atores como dirigentes públicos, diretores e coordenadores de ensino, pais e alunos serão sensibilizados para a temática;

#### **6.7. Divulgação do PNEDH:**

Espera-se que ao final do projeto cresça em toda a sociedade o nível de informação sobre os direitos e deveres dos cidadãos em relação aos direitos humanos;

#### **6.8. Construção de uma cultura de respeito e proteção aos direitos humanos na Bahia e no Brasil:**

Objetivo da pesquisa é aumentar o nível de informação e formação sobre direitos humanos na região ao ponto da mudança de atitude em relação a esses direitos e diminuição dos indicadores de violências e violações a esses direitos.

#### **6.9. Garantia da participação dos estudantes na promoção e defesa dos direitos humanos:**

Pesquisa tem como objetivo inicial a formação de multiplicadores que possam produzir e disseminar o conhecimento sobre direitos humanos. Os professores do ensino médio são multiplicadores em potencial dessa informação assim como os jovens que por meio da sua cultura podem desenvolver novas técnicas, principalmente lúdicas, como teatro, música, dança, hi-hop etc.

Realizar essas atividades de formação com fins educativos e inclusivos no campo dos direitos humanos, mostra aos participantes a importância da cultura de respeito e promoção dos Direitos Humanos como instrumento de mediação, diálogo e interação com a sociedade. Além disso, a pesquisa é também uma oportunidade de realizar uma atividade de extensão que visa à troca de experiências entre professores e estudantes com a comunidade local fortalecendo e fomentando valores que estimulem a transformação social através da promoção de uma cultura de Direitos Humanos.

Como elemento qualificador da educação, os direitos humanos propiciam oportunidades para que as pessoas e comunidades se reconheçam, valorizem o que fazem, valorizem a si mesmas, estreitem laços e estabeleçam um espaço seguro para o desenvolvimento de indivíduos críticos, autônomos e criativos, capazes de transformar a realidade que os cerca de dar forma ao seu futuro e ao da comunidade em que estão inseridos. Também se considera que é no processo amplo de educação que se transmite e se vivencia a cultura de uma comunidade, de uma região de um país, tanto de modo formal quanto não formal. A cultura local fortalece o sentido de coesão, contribuindo para a ampliação das possibilidades de vida e de escolha.

Nesse processo de formação as aprendizagens se tecem na relação densa com a comunidade e com o território, resultando em saberes, valores, comportamentos que apontam necessidades num processo contínuo. Comunidade, por isso mesmo, é lugar de vida e de cultura. A comunidade é compreendida como um coletivo de pessoas e famílias que habitam um mesmo território e têm identidades, histórias e trajetórias de vida compartilhadas. As comunidades portam e processam valores de convivência, pertencimento, interesses e inclusão, portanto, compartilhar é a principal marca de uma comunidade.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Plano Brasil de Todos - PPA 2004-2007. Dispõe sobre a participação da comunidade na elaboração do Plano Plurianual do Governo Federal e da outras providencias. **Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.planobrasildetodos.gov.br>> Acesso em: 07. jul. 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 02.06.08.

MORIN, André. **Pesquisa Ação Integral e Sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro:DP&A Editores, 2004.

SEI. Secretaria de Estatística e Informação. Disponível em [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br). Acesso em 02.06.08.

ROCHA, José Cláudio. Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Jurídica Popular, Projeto de pesquisa e extensão, UNEB, Camaçari, 2007.

VASCONCELOS, Nilton. A Bahia e as contradições do seu desenvolvimento. Association pour le Développement des Etudes Portugaises,Brésiliennes, d'Afrique et d'Asie lusophones.<http://www.adebpa.fr>. Acesso em 02.06.2008.